

ATA DA 15.ª REUNIÃO DO CONSELHO DAS ESCOLAS

28 de abril de 2016

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, pelas catorze horas e trinta minutos, nos termos do n.º 2 do art.º 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 5/2013, de 29 de agosto e das disposições regimentais, reuniu, em sessão ordinária, o Plenário do Conselho das Escolas, no Centro de Caparide em S. Domingos de Rana, sob a presidência de José Eduardo Lemos, a fim de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos, constante na convocatória de cinco de abril: _____

Ponto um – Discussão e aprovação da ata da reunião anterior _____

Ponto dois – Modelo integrado de avaliação dos alunos: ponto da situação _____

Ponto três – Balanço do segundo ano de atividade do Conselho das Escolas _____

Ponto quatro – Assuntos diversos _____

Estiveram presentes os conselheiros Alexandre José Rodrigues Canadas, Anabela Grácio, António Manuel M. Castel-Branco Ribeiro, António Ventura dos Santos Pinto, Arnaldo José Teixeira Lucas, Carlos Jorge Pires Percheiro, Fátima do Céu Carola Moreira Pinto, Fernando Filipe de Almeida, Fernando Paulo Mateus Elias, Filinto Virgílio Ramos Lima, João Paulo Mineiro, Joaquim Tomaz, José Alfredo Rodrigues Mendes, José Eduardo Lemos de Sousa, Lucinda Maria Mendes Ferreira, Luís Henrique Cardoso Fernandes, Maria Celeste Sousa, Maria Isabel Tavares Pereira de Almeida Le Gué, Maria Júlia Ferreira Gradeço, Paulo Jorge de Sousa Ferreira e Rosalina de Jesus Rodrigues Pinheiro, num total de vinte e um. _____

O Presidente abriu a sessão, cumprimentando os presentes e enquadrando os motivos que levaram à convocatória da presente reunião. _____

Ponto um – Discussão e aprovação da ata da reunião anterior _____

O Presidente colocou à discussão e aprovação a ata da reunião de dez de fevereiro. O conselheiro António Castel-Branco solicitou a introdução de uma pequena correção de texto à ata, após o que foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes na referida reunião. _____

Ponto dois – Modelo integrado de avaliação dos alunos: ponto da situação _____

O Presidente começou por explicar a iniciativa de convidar os diretores das Escolas do Continente a responder a um questionário que permitisse recolher informação sobre a aplicação do modelo integrado de avaliação dos alunos. Informou que, até ao momento, apenas havia trezentas e vinte e nove respostas o que, a juntar ao facto de muitos Conselhos Pedagógicos só terem reunido dia vinte e sete de abril e ainda decorrer o prazo para que os diretores tomem uma decisão, torna a amostra bastante reduzida. Por conseguinte, qualquer análise do Conselho assentará em dados bastante provisórios.

Assim, de acordo com as trezentas e vinte e nove respostas obtidas até ao momento, através do inquérito referido e ao qual não responderam as Escolas que oferecem exclusivamente ensino secundário, observa-se que: _____

- Uma grande maioria dos diretores chamaram os Conselhos Pedagógicos a pronunciarem-se sobre a realização das provas de 4.º e 6.º anos (98%), bem como sobre a possibilidade de não se realizarem provas de aferição nos 2.º, 5.º e 8.º anos (89%). _____
- Uma significativa maioria dos Conselhos Pedagógicos aconselhou a que não se realizassem provas de 4.º e 6.º anos (93%). _____
- A maioria dos Conselhos Pedagógicos foi de opinião que não se realizassem as provas de aferição previstas para os 2.º, 5.º e 8.º anos (59%). _____
- No que toca às provas de 4.º e 6.º anos, 94% dos diretores responderam que decidiram não as realizar. _____
- Já no que respeita às provas de 2.º, 5.º e 8.º anos, 54% dos diretores decidiram pela não realização das provas de aferição. _____
- Observa-se que, em dois Quadros de Zona Pedagógica, mais de 50% dos diretores que responderam ao inquérito tomaram a decisão de realizar as provas de aferição dos 2.º, 5.º e 8.º anos (68% no QZP 2 - Norte Interior e 60% no QZP 5 - Centro Interior). Nos restantes oito QZP a decisão de realizar estas provas ficou aquém dos 50%, tendo-se verificado a percentagem mais baixa no QZP 10 - Algarve (21%).

O conselheiro António Castel-Branco alertou para a dificuldade de se retirarem conclusões com base numa amostra ainda reduzida e elencou alguns obstáculos estatísticos que impedem que se possam relacionar as diferenças de percentagem verificadas entre os pareceres dos Conselhos Pedagógicos, pois seria necessário considerar que nem todos os Conselhos Pedagógicos foram chamados a emitir parecer.

O conselheiro Filinto Lima questionou o Presidente sobre o objetivo deste inquérito e da eventual divulgação de conclusões por ele suscitadas, pois receia que o mesmo se vire contra o Conselho das Escolas, por parte dos diretores.

O Presidente esclareceu que o inquérito tem como objetivo permitir analisar a questão e fazer um ponto da situação com dados concretos, sendo que na sua publicação, não se identificando nem diretores nem Escolas, não vê como pode o mesmo virar-se contra o Conselho das Escolas.

O conselheiro António Castel-Branco considerou que a divulgação do questionário poderia ser problemática se houvesse uma discrepância grande entre a decisão dos diretores e a dos Conselhos Pedagógicos, o que não é o caso.

A conselheira Fátima Pinto defendeu que aquando da sua publicação deve ficar realçada a dimensão da amostra.

A conselheira Lucinda Ferreira considerou que realmente a grande questão que torna o estudo delicado é a dimensão reduzida da amostra que eventualmente pode projetar resultados diferentes dos que se venham a verificar na realidade.

O conselheiro João Paulo Mineiro também realçou o problema da possibilidade da discrepância entre estes resultados e os finais, pelo que questionou a pertinência da publicação dos mesmos e se acrescentam ou não valor.

O conselheiro Joaquim Tomaz também reforçou a preocupação pela dimensão reduzida da amostra.



O conselheiro Fernando Elias entende que as questões centrais já tinham sido colocadas pelos conselheiros anteriores. A grande questão é que a comunidade está à espera de qualquer tipo de resultados para fazer leituras políticas. Para análise interna considera o momento válido, mas para publicação pode permitir enviesamento de leituras pela dimensão do universo da amostragem.

O conselheiro Arnaldo Lucas corroborou essa opinião, salvaguardando que a publicação destes resultados deveria esperar pelos resultados do IAVE, I.P. .

O conselheiro Carlos Percheiro afirmou que esta informação é muito importante para todos, em particular para aqueles que ainda não se pronunciaram.

O conselheiro José Alfredo Mendes referiu que num artigo de um órgão de comunicação social, segundo as Associações de Diretores, cerca de metade das Escolas realizarão as provas de aferição dos 2º, 5º e 8º anos.

O conselheiro Paulo Ferreira demonstrou a preocupação de que estes resultados não reflitam o panorama nacional.

A conselheira Isabel Le Gué afirmou que sempre teve dúvidas com a questão do número de respostas e que deve ser preocupação do Conselho das Escolas não contribuir para a criação de ruído, embora ele já exista. Acha, no entanto, que foi importante a consulta para que se discuta o assunto com base em dados concretos. Deve pensar-se no tratamento a dar aos dados disponíveis, sendo sempre preferível tê-los do que não os ter.

O conselheiro Filinto Lima esclareceu que na qualidade de Presidente da ANDAEP afirmou à comunicação social que, sobre esta matéria, qualquer decisão é legítima e que o país está dividido relativamente à realização das provas.

A conselheira Lucinda Ferreira entende que o inquérito é importante para que a discussão assente em dados concretos. Questionou, no entanto, a utilidade da publicação dos resultados do inquérito, pois podem ser desvirtuados, no entanto é de realçar que a grande maioria dos diretores ouviu os conselhos pedagógicos, apesar de a isso não serem obrigados.

O conselheiro Luís Henrique afirmou que quando se trabalha com estatística pode-se fazer o que se quiser, mas considera que é sempre preferível trabalhar com dados. Entende que a primeira nota a realçar é a divisão em termos de decisão e, a segunda, o facto de os Conselhos Pedagógicos estarem em consonância com os diretores.

A conselheira Rosalina Pinheiro reforçou a fragilidade da amostragem, por ser reduzida.

O conselheiro António Ventura considerou óbvio que se possa dizer algo, apoiado em dados, mas que os mesmos devem ficar reservados ao Conselho das Escolas.

O conselheiro António Castel-Branco sugeriu que se fizesse apenas uma nota relativamente à correspondência entre os pareceres dos Conselhos Pedagógicos e as decisões dos diretores, sem se avançar com dados concretos.

O conselheiro Carlos Percheiro realçou que o inquérito apresentado é um ponto da situação, de acordo com o acompanhamento que o Conselho das Escolas faz deste processo.

O Presidente referiu que o tema está na agenda educativa, pelo que seria estranho o Conselho das Escolas não se debruçar sobre o mesmo. Era pois necessário fazer um estudo, um retrato da situação, evitando quaisquer juízos de valores. Discordou que o inquérito pudesse colocar em causa o relacionamento entre Escolas ou entre Regiões.

Todavia, reconheceu e agradeceu a intervenção do conselheiro Filinto Lima e dos restantes conselheiros por terem trazido para discussão a questão da divulgação dos resultados do



inquérito e das leituras que podem ser feitas com base em interesses estranhos ao Conselho, pelo que não os divulgará por agora, nem antes de serem públicos os dados nacionais.

Seguidamente, pediu a palavra a conselheira Anabela Grácio que comunicou ao Plenário ser esta a sua última reunião do Conselho das Escolas em que participa. Está desde a primeira hora no Conselho das Escolas, aprendeu imenso e cresceu na sua diversidade. Houve reuniões muito interessantes que lhe deixam muitas recordações, sobretudo ao nível das relações humanas. Partilhou com muito gosto as semelhanças, as diferenças e a construção conjunta de ideias para melhorar o caminho da Educação.

Informou que vai deixar de ser diretora pois vai desempenhar outras funções, destacada para a Comissão Europeia na Unidade de Recursos Humanos e Segurança, em Bruxelas, pelo que cessará as funções a partir do próximo dia um de maio.

O Presidente referiu que foi um prazer trabalhar com a conselheira Anabela Grácio e que todos sentirão saudades das suas intervenções. Em nome do Conselho desejou-lhe felicidades nas suas novas funções.

Ponto três – Balanço do segundo ano de atividade do Conselho das Escolas _____

O Presidente fez uma apresentação de uma sinopse da atividade do Conselho das Escolas no período de um de fevereiro de 2015 a trinta e um de janeiro de 2016, disponibilizando-se para prestar os esclarecimentos que os conselheiros entendam por necessário.

Frisou que o Conselho das Escolas e os seus órgãos participaram em todas as reuniões para que foram convocados e / ou convidados.

A conselheira Anabela Grácio considerou que o relatório está tão bem organizado que não ficam dúvidas sobre a atividade desenvolvida ao longo do segundo ano do mandato do Conselho.

O Conselheiro Carlos Percheiro evidenciou a qualidade e organização como características principais deste órgão e que se sente muito orgulhoso em pertencer ao Conselho. Realçou também a ponderação que o Conselho tem feito sobre todas as matérias.

O conselheiro Fernando Elias subscreveu as palavras anteriores e acrescentou as características de imparcialidade e ética na defesa da Escola Pública e da Educação. Realçou a forma exemplar e ponderada de quem lidera o Conselho.

O conselheiro António Castel-Branco salientou a qualidade do documento apresentado, bem como do órgão no seu conjunto e das intervenções dos conselheiros, assim como da postura do seu Presidente que dignifica o órgão que representa.

O conselheiro Filinto Lima entende que o órgão beneficiou muito da redução na composição do órgão e alargou o mérito do Presidente a todos os membros do Conselho, referindo positivamente o trabalho dos anteriores Presidentes. Felicitou ainda os conselheiros Anabela Grácio e Luis Henrique pelos lugares que vão ocupar, o que só vem demonstrar o valor dos mesmos, no que foi secundado pelo Plenário.

O conselheiro Alfredo Mendes subscreveu todos os elogios feitos e realçou a qualidade do trabalho desenvolvido pela Comissão Permanente.

O conselheiro Luís Henrique afirmou que tem orgulho em pertencer a este órgão e realçou o facto de tudo o que é feito se tornar público de imediato. Agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas e felicitou a conselheira Anabela Grácio pelas funções que vai desempenhar.

A conselheira Isabel Le Gué sublinhou o que já fora dito e reforçou que a generalidade das intervenções têm tido muita qualidade.



O Presidente concluiu dizendo que desde a primeira hora tem privilegiado a transparência e a independência do órgão. Lembrou que há muito trabalho da Comissão e de todo o Plenário, endereçando a todos os parabéns pelo trabalho desenvolvido e sublinhando que ainda há muitas tarefas pela frente até terminar o mandato.

Ponto quatro – Assuntos diversos

O Presidente deu conta da correspondência recebida e expedida e das suas intervenções / participações, designadamente: *i-*) No dia 16 de fevereiro, o Presidente participou numa Audição Parlamentar sobre transferência de competências para as autarquias; *ii-*) No dia 27 de fevereiro integrou uma Mesa-Redonda: Modelo de avaliação externa e seus contextos, na Universidade do Minho, na qual fez uma intervenção baseada na recomendação n.º2/2015; *iii-*) Prestou informação sobre a petição n.º 42/XIII/1ª - “Transição de docentes do grupo 550 (informática) para o grupo 540 (eletrotecnia)” - José Manuel Maurício Brás; *iv-*) Prestou informação sobre a petição n.º 45/XIII/1ª - Regulamentação do estatuto da carreira docente (decreto-lei n.º 139-A/90, de 28 de abril), cumprindo o disposto no n.º 3 do seu artigo 36.º - Ana Maria Barata Santos; *v-*) Fez-se representar pela Vice-Presidente, conselheira Isabel Le Gué, nos dias 7 e 8 de março na conferência “*Transforming school education – results from the ET 2020 Working Group on Schools Policy*” em Bruxelas; *vi-*) No dia 29 de março realizou-se uma reunião da Comissão Permanente com a Secretária de Estado Adjunta e da Educação sobre a temática da descentralização administrativa, no âmbito da reforma do Estado e do reforço de competências das autarquias locais; *vii-*) No dia 11 de abril participou no Seminário “A organização do sistema educativo – ciclos de ensino e modalidades de educação” da responsabilidade do CNE; *viii-*) No dia 13 de abril foi representado pelo conselheiro Fernando Almeida na Conferência de lançamento do Edulog - Think Tank de Educação da Fundação Belmiro de Azevedo; *ix-*) No dia 16 de abril participou num seminário organizado pelo CENFIPE, em parceria com o Conselho das Escolas – “Gestão e Liderança das Organizações”; *x-*) No dia 26 de abril prestou Informação sobre a petição n.º 66/XIII/1.ª - Regime especial de aposentação para os Educadores e professores do 1.ºCiclo; *xi-*) Esteve representado pelo conselheiro António Castel-Branco na reunião da DGE para atualização das Circulares sobre bens alimentares; *xii-*) Recebeu um convite para uma Conferência no próximo dia 30 de abril sobre “Currículo para o Século XXI: competências, conhecimentos e valores numa escolaridade de 12 anos”, na qual participará o conselheiro José António Sousa em sua representação.

Seguidamente passou a palavra aos conselheiros Isabel Le Gué, Fernando Almeida e António Castel-Branco, os quais fizeram uma breve apresentação das atividades em que participaram.

O conselheiro Alfredo Mendes realçou a importância de se exigir à Administração que o pessoal responsável pela confeção das refeições seja especializado nessa área.

O Presidente informou que, posteriormente ao envio da convocatória da presente reunião, surgiram vários assuntos que carecem de resolução com alguma urgência, nomeadamente: *i-*) Foi solicitada pelo gabinete do Senhor Ministro da Educação, a indicação de cinco diretores para o júri Prémio de Escola 2014/2015; *ii-*) A Direção-Geral de Educação (DGE) solicitou que o Conselho designe um diretor para integrar uma delegação portuguesa numa visita de estudo ao Luxemburgo, sobre Educação Inclusiva, a realizar entre 9 e 11 de maio próximo, de preferência com experiência de gestão de uma Escola com população significativa de alunos com Necessidades Educativas Especiais e com Unidades de Educação Especial; *iii-*) também a convite da DGE o Conselho deveria indicar seis diretores de Escolas com 3.º ciclo e secundário



para pré-testagem de um questionário do Programa TALIS da OCDE e IV) - a Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 11 de abril, criou uma Estrutura de Missão para a promoção do sucesso escolar, acompanhada por um conselho consultivo, o qual integra um elemento do Conselho das Escolas. Apesar de ainda não ter sido solicitada a indicação desse representante, o Presidente entende que também se deve proceder à escolha do mesmo.

O conselheiro Joaquim Tomaz lembrou a necessidade de se alterar a ordem de trabalhos para se tratar destes assuntos, tendo o Presidente, ao abrigo do número dois do artigo vigésimo sexto do Código do Procedimento Administrativo, proposto a introdução do seguinte ponto na ordem de trabalhos:

Ponto cinco – Indicação dos representantes do Conselho das Escolas:

- a) No Júri do Prémio de Escola 2014/2015;
- b) No Conselho Consultivo da Estrutura de Missão para a promoção do sucesso escolar;
- c) Na delegação portuguesa numa visita de estudo ao Luxemburgo;
- d) Na pré-testagem do questionário do Programa TALIS da OCDE.

A proposta foi aceite por unanimidade, passando-se de seguida à indicação dos representantes referidos supra.

O Presidente referiu que a escolha dos representantes do Júri Prémio de Escola 2014/2015 seria feita por voto secreto, para cada uma das cinco regiões. Seguidamente, perguntou aos presentes se, em cada uma das regiões de localização da respetiva Escola, algum estaria interessado e disponível para se candidatar a integrar o Júri do Prémio Escola 2014/15, tendo-se disponibilizado os seguintes conselheiros: Norte – Lucinda Ferreira; Centro – Paulo Ferreira; Lisboa e Vale do Tejo – António Castel- Branco; Alentejo – Fátima Pinto. Relativamente ao Algarve, como não estava presente na reunião nenhum membro dessa zona, o Plenário, por unanimidade, delegou no Presidente a competência para designar um diretor de uma Escola do Algarve.

Passou-se de seguida à votação individual, zona a zona, através de voto secreto depositado em urna. Após a votação, verificaram-se os seguintes resultados:

Zona Norte – Lucinda Maria Mendes Ferreira: dezasseis votos a favor e dois votos brancos.

Zona Centro – Paulo Jorge de Sousa Ferreira: dezassete votos a favor e um voto branco.

Região de Lisboa e Vale do Tejo – António Castel-Branco: dezasseis votos a favor e dois votos brancos.

Região do Alentejo: Fátima do Céu Carola Moreira Pinto-dezoito votos a favor.

Seguidamente, o Presidente informou que a escolha de um elemento do Conselho para integrar o conselho consultivo da estrutura de Missão para promoção do sucesso escolar, se faria por recurso a votação secreta. Dirigiu-se ao Plenário perguntando se algum dos presentes estava disponível e interessado em se candidatar a este cargo. Pronunciou-se o conselheiro Luís Henrique Fernandes e, não havendo mais candidatos, procedeu-se de imediato à votação, através de voto secreto depositado em urna, tendo sido eleito o conselheiro Luís Henrique Cardoso Fernandes com dezasseis votos a favor e dois votos brancos.

Seguidamente, o Presidente perguntou se havia algum conselheiro disponível e interessado em integrar a delegação portuguesa na visita de estudo ao Luxemburgo, sobre Educação Inclusiva. Pediu a palavra o conselheiro António Ventura Pinto que informou ter a sua Escola duas unidades de Educação Especial e uma população significativa de alunos com NEE, pelo que estava disponível para integrar a delegação. Da forma similar, procedeu-se à votação



através de voto secreto depositado em urna, tendo sido eleito o conselheiro António Ventura dos Santos Pinto com dezassete votos a favor e um voto branco para representar o Conselho na comitiva que se deslocará ao Luxemburgo.

No que concerne ao convite da DGE para se indicarem seis diretores de Escolas com 3.º ciclo e secundário, para a pré-testagem do questionário do Programa TALIS da OCDE, numa sessão de cerca de duas horas, o Presidente informou o Conselho de que a Vice-Presidente Isabel Le Gué o representaria nesse grupo, pelo que se tratava de escolher mais cinco. Perguntou aos presentes quem se disponibilizava para integrar este grupo, tendo-se voluntariado os seguintes conselheiros: Maria Celeste Sousa, Fátima Moreira Pinto, Lucinda Mendes Ferreira, Paulo Jorge Ferreira e Maria Júlia Gradeço, os quais foram designados por consenso.

Por último, o Presidente informou que o Gabinete do Sr. Ministro da Educação havia solicitado ao Conselho, durante a manhã do dia de hoje, dois pareceres relativos ao projeto de Despacho e de Despacho Normativo que fixam, respetivamente, as regras de mobilidade por doença do pessoal docente e a organização do ano letivo, pelo que o Conselho se reunirá previsivelmente dia doze de maio para tratar destes assuntos.

Ninguém mais querendo usar da palavra, o Presidente deu por encerrada a sessão pelas dezoito horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Fernando Filipe de Almeida, que a secretariei, e por José Eduardo Lemos, que presidiu. _____

Fernando Filipe de Almeida _____

José Eduardo Lemos _____

